

AVALIAÇÃO DE VALORES SOCIOMORAIS: PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCALA

MARIALVA ROSSI TAVARES

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de pesquisa em fase de pré-teste para a construção de uma escala de avaliação em valores baseada na metodologia da Teoria da Resposta ao Item (TRI) que permita verificar a presença e a força de adesão a valores morais de justiça, respeito, solidariedade e convivência democrática em crianças do 2º ciclo do ensino fundamental, jovens do ensino médio e professores de educação básica. A construção dos itens/questões fundamentou-se na teoria de Kohlberg, e sua análise e revisão, nas curvas características dos itens (CCI's), elaboradas com base na aplicação dos procedimentos de calibração dos itens segundo a TRI. Essa revisão dispõe dos dados de respostas abertas obtidos com a aplicação dos mesmos itens, sem as respectivas alternativas, a um grupo menor de alunos e professores. Esse processo mostra quais as dificuldades para elaborar itens discriminativos e como as análises das respostas abertas ajudam na sua reformulação.

PALAVRAS-CHAVE VALORES MORAIS • ESCALA DE AVALIAÇÃO • KOHLBERG • TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM.

RESUMEN

Este artículo presenta un relato de investigación en fase de pre-test para la construcción de una escala de evaluación en valores, basada en la metodología de la Teoría de Respuesta al Ítem (TRI), que permita verificar la presencia y la fuerza de adhesión a valores morales de justicia, respeto, solidaridad y convivencia democrática en niños del 2º ciclo de la educación fundamental, en jóvenes del nivel medio y en docentes de la educación básica. La construcción de los ítems/preguntas se basó en la teoría de Kohlberg; por otra parte, el análisis y la revisión de los ítems tuvieron como base las curvas características de los ítems (CCI's), elaboradas en función de la aplicación de los procedimientos de calibrado de los ítems según la TRI. Esta revisión cuenta con los datos de respuestas discursivas (abiertas) obtenidos por medio de la aplicación de los mismos ítems, sin sus respectivas alternativas, a un grupo menor de alumnos y profesores. Es posible percibir dificultades en la elaboración de ítems discriminativos y en el hecho de que los análisis de las respuestas abiertas ayudan en su reformulación.

PALABRAS CLAVE VALORES MORALES • ESCALA DE EVALUACIÓN • KOHLBERG • TEORÍA DE RESPUESTA AL ÍTEM.

ABSTRACT

This article is a report on a research in its pre-test phase for the establishment of a value-oriented assessment scale, based on the Item Response Theory (IRT) methodology, that makes it possible to verify the presence of and commitment to moral values of justice, respect, solidarity and democratic coexistence in middle school children, high school teenagers, and elementary school teachers. The items/questions were put together based on Kohlberg's theory; whereas the analysis and the revision of the items were based on the Item Characteristic Curves (ICC), plotted on the application of the item calibration guidelines according to the IRT. This revision contains data for the discursive responses (open) obtained by applying the same items, without its alternatives, to a smaller group of students and teachers. One could realize how difficult it was to put together distinctive items and how the analyses of the open responses assist in rephrasing them.

KEYWORDS MORAL VALUES • ASSESSMENT SCALE • KOHLBERG • ITEM RESPONSE THEORY.

INTRODUÇÃO

É comum ouvirmos, tanto em escolas como fora delas, queixas em relação aos comportamentos dos alunos, dos filhos ou de colegas, no que se refere a problemas de convivência, de confiança, de disciplina, de solidariedade e de outros valores.

Observamos em publicações, palestras e projetos na área da educação um crescente interesse pela educação em valores. Verificamos também a preocupação com as instituições escolares, no sentido de darem respostas aos novos desafios impostos pela sociedade atual que reflitam e definam os cuidados quanto à formação ética dos alunos. Nos dias atuais, é urgente a formação de pessoas capazes de conviver democraticamente e de compartilhar responsabilidades na construção de uma sociedade justa e tolerante. Não podemos manter uma postura de observador passivo dos acontecimentos. Esse é um risco que não se deve correr.

Foi com essa preocupação que a Fundação Carlos Chagas reuniu um grupo de especialistas em Psicologia da Moralidade¹ para desenvolver um instrumento que possa auxiliar professores e pesquisadores a avaliar e investigar como crianças

¹ A equipe deste trabalho é composta dos seguintes pesquisadores: Dr^a. Maria Suzana De Stefano Menin, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp/Presidente Prudente - SP; Dr^a Luciene Regina Paulino Tognetta e Dr^a Telma Pileggi Vinha, da Unicamp/Campinas - SP; Dr. Raul Aragão Martins, da Unesp/São João do Rio Preto - SP; Dr^a Patrícia Unger Raphael Bataglia, da Unesp/Marília - SP; Dr^a Denise D'Aurea Tardeli, da Unesp/São Paulo; Prof. Dr. Dalton Francisco De Andrade, da UFSC; e a mestre Raquel da Cunha Vale, da Fundação Carlos Chagas.

e adolescentes pensam determinados valores e, posteriormente, poder orientar ações de intervenção.

Particularmente, o propósito deste trabalho é mostrar os avanços, limites e dificuldades pelos quais estamos passando no desenvolvimento desse instrumento que deve permitir verificar a presença e a força de adesão a valores sociomoraes como justiça, respeito, solidariedade e convivência democrática em crianças do 2º ciclo da escola fundamental, jovens do ensino médio e professores de educação básica empregando a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Visto que ainda estamos em processo de elaboração do instrumento, restringimo-nos, neste artigo, a apresentar a concepção dos itens e o seu pré-teste.

CONCEPÇÃO DOS ITENS²

A escolha dos valores a serem mensurados foi fundamentada principalmente nos temas transversais apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) para o 3º e 4º ciclos do ensino fundamental, entre os quais a ética, cujo conteúdo é definido com base nos seguintes valores: respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo (que foi substituído neste trabalho por convivência democrática). Esses valores foram escolhidos também por sua importância para a construção da moralidade na criança, tal como enfatizado por diversos estudos desse campo (PIAGET, 1977 [1932]; KOHLBERG, 1992; LA TAILLE, 2006).

Definidos os valores a serem avaliados para a elaboração do instrumento, ou seja, suas questões/itens, foi desenvolvida uma matriz de referência. A matriz descreve a compreensão do grupo de pesquisa sobre cada um dos valores e seus descritores (Anexo 1). Com esse procedimento, procurou-se assegurar a mesma compreensão do que se queria avaliar por todos os especialistas convidados a participar na elaboração das questões.

Os itens foram construídos no formato de múltipla escolha e seu contexto corresponde a uma história que narra uma situação-problema, a qual representa cenas do cotidiano de crianças e jovens e que podem ocorrer em diferente lócus, como na escola, no convívio com a família, com os amigos, e no uso da internet.

² Neste texto, a palavra item será usada como sinônimo de questão.

As alternativas representam formas de se comportar diante do problema colocado e foram elaboradas em níveis nos quais as pessoas podem se situar para mostrar como aderem (ou não) a um valor. Nessa escala, consideramos esses níveis em função da perspectiva social presente nos níveis sociomoraes de Kohlberg (1992). Esse autor enfatiza que os níveis de raciocínio moral dependem tanto do desenvolvimento cognitivo quanto da evolução da perspectiva social, isto é, de como as pessoas veem as outras, interpretam seus pensamentos e sentimentos, e consideram o papel e o lugar que ocupam em sociedade. Kohlberg correlaciona três níveis de julgamento moral paralelos a três níveis de perspectiva social: perspectiva individual concreta (nível pré-convencional); perspectiva de membro da sociedade (nível convencional); e perspectiva para além da sociedade (nível pós-convencional). Esses níveis acompanham os estágios de raciocínio moral, que resumimos a seguir.

Nível pré-convencional ou pré-moral: Estágio 1 - Orientação egocêntrica para evitar o castigo e obediência e Estágio 2 - Ingênuo hedonismo instrumental ou reciprocidade simples.

Nível convencional, ou da conformidade social: Estágio 3 - Manter boas relações para garantir a aprovação dos outros próximos (estágio apelidado de “o bom menino”) e Estágio 4 - Manter a ordem social, a autoridade reconhecida; as convenções e tradição.

Nível pós-convencional: Estágio 5 - Compromisso com o contrato social esclarecido, a lei democraticamente constituída. Estágio 6 - Moralidade de princípios universais incorporados autonomamente pela consciência individual; (necessidade lógica - filosófica do reconhecimento dos princípios, mais do que sua confirmação empírica).

Assim, na construção das alternativas, enfatizamos os três níveis kohlbergianos de perspectiva social, e não seus estágios de raciocínio. Isto é, destacamos a perspectiva social em que o indivíduo se coloca em relação a si mesmo, às expectativas dos outros, às normas, à sociedade, ou diante de

princípios universais mais amplos. Elaboramos uma alternativa para cada nível, respectivamente: uma perspectiva individualista ou egocentrada (*nível 1 – P1*); uma perspectiva centrada nas relações grupais, familiares e em normas sociais mais convencionais (*nível 2 – P2*); e outra mais descentrada socialmente, baseada em contratos estabelecidos democraticamente, por meio de procedimentos justos, e em princípios considerados universalizáveis (*nível 3 – P3*).

A partir dos níveis de Kohlberg, as alternativas das questões foram planejadas de tal forma que três delas são favoráveis ao valor mais focalizado no item (*pró-valor – P1, P2 e P3*) e duas contrárias a ele (*contravalor – C1 e C2*). Chamamos a atenção para o fato de que nessa escala não apresentamos alternativas com contravalor em nível 3 (equivalente ao pós-convencional), pois entendemos que elas seriam moralmente impossíveis. Portanto, para cada valor focado – respeito, justiça, solidariedade, convivência democrática – pode ser contraposto um contravalor, por exemplo, desrespeito, des caso, individualismo, indiferença.

O exemplo a seguir ilustra o que foi dito até o momento no processo de elaboração dos itens desta escala de valores:

Matriz – Valor Solidariedade

Descritor: Compreender que o nosso papel nas relações interpessoais deve ser o de cooperar para o bem de todos e de cada um.

Lócus: social

Público: adolescente / professor

Item: *Rosana volta todos os dias do trabalho muito cansada e no ônibus sempre vem em pé, sendo jogada de um lugar para o outro. Na última sexta-feira, ao subir no ônibus, viu um lugar onde poderia vir sentada sem ser empurrada; assim, tratou de sentar rapidamente. No ponto seguinte entrou uma senhora idosa que a cada movimento do ônibus ameaçava cair. Então ela deveria*

- (A) *dar o seu lugar, que é o que se espera das pessoas mais jovens. (nível 2/pró-valor – P2)*

- (B) *deixar outra pessoa ceder o lugar, para não ficar mais cansada do que já estava. (nível 1/contravalor – C1)*
- (C) *deixar outra pessoa ceder o lugar, já que há muitas pessoas jovens no ônibus. (nível 2/contravalor – C2)*
- (D) *dar o seu lugar, pois é preciso garantir a segurança da senhora. (nível 3/pró-valor – P3)*
- (E) *dar o seu lugar serviria de exemplo para as outras pessoas. (nível 1/pró-valor – P1)*

A OPÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DA TRI

Definidos todos os procedimentos para elaboração das questões, e assessorados pelos estatísticos Prof. Dr. Dalton Francisco de Andrade e Raquel da Cunha Valle,³ optamos por utilizar a TRI para a elaboração da escala de avaliação. Visto que nossa especialidade não é a estatística, vamos, neste documento, apenas justificar a escolha dessa metodologia para a construção da escala.

³ Ambos fazem parte da equipe responsável pela criação da escala e nos assessoram nos procedimentos da TRI.

A opção pela utilização da TRI no desenvolvimento do instrumento de avaliação recai se deve à possibilidade de criar uma escala de medida que permita estimar a presença e a força de adesão a valores em pessoas de diferentes populações aplicando um mesmo rol de questões ou em pessoas de uma mesma população, utilizando instrumentos em que parte das questões pudessem ser trocadas; e também, desenvolver um recurso que permita sua aplicação em larga escala com base em itens de múltipla escolha.

O atendimento a essas condições tem a vantagem de dispor de um instrumento sempre dinâmico, não correndo o risco de desgastes pela constância de sua utilização. Isso requer criar um banco de questões que possa ser sistematicamente incrementado.

Outro fator que nos remeteu a escolha da TRI foi a possibilidade em aplicar modelos que não se fundamentem apenas em itens dicotômicos em que a resposta é sempre certa ou errada, uma vez que o item por nós delineado tem cinco alternativas de resposta que oscilam em cinco níveis possíveis de adesão a valores nos quais todos os cinco devem ser considerados.

ESTUDO PILOTO (PRÉ-TESTE)

Cumpridos todos os passos anteriormente descritos, a equipe de especialistas montou um banco de itens que foram submetidos a um pré-teste com o objetivo de verificar a qualidade dos itens elaborados e a aplicação do modelo estatístico selecionado. Os resultados parciais desse procedimento são apresentados a seguir, para a compreensão do trabalho que estamos desenvolvendo.

O pré-teste do banco de questões sobre valores foi realizado nos meses de outubro e novembro de 2012. Nesse período, foram aplicados os 125 itens elaborados pela equipe da pesquisa e revistos por especialistas da área, em 326 crianças do 5º ao 8º ano do ensino fundamental, 356 adolescentes do 9º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio e 376 professores de educação básica, num total de 1.058 participantes. Esses participantes pertenciam a escolas públicas e privadas da rede de ensino da capital e de algumas cidades do interior de São Paulo.

A aplicação dos 125 itens se deu por meio de oito cadernos diferentes, sendo que cada caderno sempre continha os quatro valores investigados: justiça, respeito mútuo, solidariedade e convivência democrática. Foram elaborados três cadernos para as crianças, com 12 questões cada um (cadernos 1, 2 e 3); três cadernos para os adolescentes, com 16 questões cada (cadernos 4, 5 e 6); e dois para os professores, com 20 e 21 questões (cadernos 7 e 8).

Como o número de itens elaborados para cada um dos valores não foi o mesmo, os cadernos nem sempre tiveram o mesmo número de questões para cada valor investigado. Por se tratar de um pré-teste, cada item foi apresentado apenas uma vez em cada caderno, não havendo itens comuns entre os oito.

A composição dos cadernos é apresentada na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1: Composição dos cadernos elaborados no pré-teste

CADERNO	PÚBLICO	NÚMERO DE ITENS				TOTAL DE PARTICIPANTES
		JUSTIÇA	RESPEITO	SOLIDARIEDADE	CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA	
1	Criança	3	3	3	3	111
2	Criança	3	3	3	3	109
3	Criança	3	3	3	3	106
4	Adolescente	6	5	2	3	121
5	Adolescente	6	4	2	4	120
6	Adolescente	6	4	2	4	115
7	Professor	7	5	3	5	193
8	Professor	8	5	3	5	183
TOTAL		42	32	21	30	1.058

Fonte: Dados da pesquisa.

Com o objetivo de avaliarmos as alternativas de resposta oferecidas em cada um dos itens elaborados, todos os cadernos foram também aplicados em uma versão aberta, ou seja, no lugar das cinco alternativas foi incluída apenas uma questão indagando ao sujeito sua opinião ou julgamento a respeito da situação apresentada no item. Dessa forma, o respondente poderia dar uma resposta espontânea à história proposta.

Esses instrumentos abertos foram aplicados a um número menor de sujeitos: 83 crianças do 6º ao 8º ano do ensino fundamental, 90 adolescentes do 9º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio e 59 professores, totalizando 232 participantes.

A partir das respostas dos 1.058 participantes do estudo piloto, avaliou-se, inicialmente, a distribuição de frequência das cinco alternativas de cada um dos itens aplicados, por meio do *software* ITEMAN.

Constata-se que a maioria dos participantes assinalou a alternativa correspondente ao maior pró-valor – P3, o que parece indicar que os respondentes identificaram qual a resposta mais “politicamente correta” entre as alternativas sugeridas. Além disso, para a maioria dos itens foi observada uma escolha bastante reduzida das duas alternativas correspondentes aos contravalores (C1 e C2), novamente oferecendo indícios de que foi possível aos participantes identificar as respostas que não seriam socialmente bem-aceitas.

O próximo passo foi a escolha de um modelo da TRI que fosse adequado a esse estudo, considerando o tipo de instrumento que foi elaborado. Sendo assim, optamos por utilizar o Modelo de Resposta Gradual (*Graded Response Model*), uma vez que ele oferece a possibilidade de considerarmos a hierarquia existente entre as cinco alternativas de resposta de cada um dos itens: C1 “inferior” a C2, que por sua vez é “inferior” a P1, que é “inferior” a P2 e, finalmente, P3, que seria a alternativa “mais desejável”, em termos dos diferentes níveis de perspectiva social pelos quais se pode aderir aos valores segundo Kohlberg (1992).

Antes de iniciar os procedimentos de calibração dos itens, definiu-se um critério para agrupar as alternativas que tiveram uma frequência observada muito baixa. Assim, caso alguma alternativa de resposta apresentasse uma frequência menor do que 5%, ela seria analisada em conjunto com a categoria vizinha, da seguinte forma: C1 com C2 e P1 com P2 (P3 deveria sempre ser avaliada individualmente). Caso a alternativa de resposta não tivesse sido escolhida por nenhum respondente (0%), deveria ser excluída da calibração. Desse modo, embora todos os itens tivessem inicialmente cinco categorias de resposta, para a implementação do modelo ficamos com itens com cinco, quatro ou três alternativas.

Cada um dos valores investigados (justiça, respeito, solidariedade e convivência democrática) foi avaliado separadamente, uma vez que cada um deles representa uma dimensão específica do conjunto de valores que caracterizam o indivíduo. E, como nessa etapa de pré-teste não houve itens comuns entre as populações consideradas (crianças, jovens e professores), os processamentos foram feitos também separadamente para cada uma delas.

Os procedimentos de calibração dos itens e de estimação dos valores dos respondentes foram feitos com a utilização do *software* Parscale e, ao final dos processamentos, utilizamos basicamente dois tipos de informação para avaliar a qualidade/adequação dos itens elaborados: a Curva Característica do Item (CCI) e a distribuição do grau de apropriação dos valores pelos indivíduos analisados. Por se tratar de um teste piloto, nesse momento do estudo ainda não há possibilidade de construção de escalas de valores.

Cabe ressaltar que, por ser um pré-teste, as estimativas individuais do grau de adesão ao valor investigado foram obtidas a partir de um número reduzido de itens de cada valor, o que resulta em uma baixa precisão em relação aos resultados individuais. Ainda assim, a observação da forma de suas distribuições ofereceu indícios de que tivemos mais sujeitos alcançando pontuações mais elevadas do que sujeitos com pontuações menores, em geral, em todos os quatro valores considerados, o que mais uma vez confirmou a necessidade de revisão dos itens no que se refere às alternativas C1, C2 e P1.

A análise das curvas características dos itens – que sob o modelo utilizado indicam a probabilidade de resposta a cada categoria de um item em função do traço latente – foi de grande importância, evidenciando os itens que se adequaram melhor aos propósitos do estudo e também aqueles que tiveram alternativas que se mostraram muito pouco atrativas aos respondentes. Pela análise desses gráficos também foi possível observar itens cujas alternativas oferecidas pareceram não diferenciar os respondentes com relação ao seu traço latente, ou seja, foi possível identificar os itens com baixo poder de discriminação.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de CCI obtidas para os itens do pré-teste.

EXEMPLO 1: Item 11 do questionário 1, respondido pelas crianças.

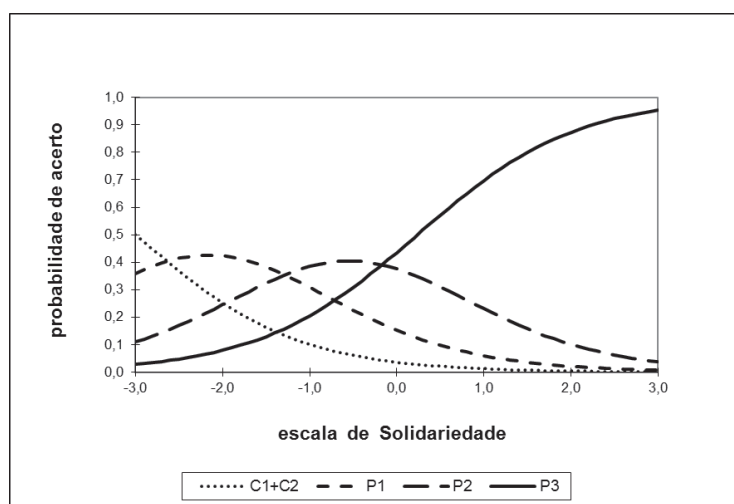
Valor trabalhado: solidariedade

Cristiana é uma ótima aluna em português. Ao seu lado, senta-se uma menina que veio da Bolívia há pouco tempo e tem dificuldades em escrever em língua portuguesa. Cristiana tenta ajudá-la, mas sua professora não permite, pois afirma que cada um deve fazer sua tarefa. O que Cristiana deve fazer?

- (A) Não deve ajudar para não ficar atrasada e levar bronca da professora. (C1)
- (B) Não deve ajudá-la, pois a regra é cada um fazer o seu. (C2)
- (C) Deve ajudar, porque, quando ela precisar, pode contar com a menina. (P1)
- (D) Deve ajudar, porque sua mãe a ensinou a ajudar o outro. (P2)
- (E) Deve ajudar, porque a menina não consegue escrever sozinha em outra língua. (P3)

Esse item foi respondido por 111 crianças e a proporção de respostas observada em cada alternativa foi: A (C1) = 2%, B (C2) = 4%, C (P1) = 17%, D (P2) = 32% e E (P3) = 45%. Assim, optou-se por considerar as alternativas A e B conjuntamente. Desse modo, o item foi estimado como sendo com quatro categorias de resposta, sendo a categoria 1 (mais baixa) representada pelas respostas dadas às alternativas correspondentes a C1+C2 e as categorias 2, 3 e 4 representadas, respectivamente, pelas respostas dadas nas alternativas correspondentes a P1, P2 e P3. A CCI estimada para o item é mostrada a seguir.

FIGURA 1: Curva característica do item 11 do questionário 1



Fonte: Dados da pesquisa.

De modo geral, esse item, reorganizado em quatro alternativas, foi considerado bom no que se refere aos objetivos do estudo – avaliar o grau de apropriação ao valor solidariedade. Cada uma das quatro categorias consideradas apresenta intervalos bem definidos no traço latente para os quais há uma maior probabilidade de que a respectiva alternativa de resposta seja escolhida. No entanto, é um item que exige um grau apenas mediano de adesão ao valor para que a probabilidade de escolha da alternativa correspondente ao nível P3 seja predominante. Outra informação considerada após a análise do item foi que as alternativas correspondentes aos contravalores deveriam ser reformuladas, a fim de se tornarem opções de resposta mais representativas do posicionamento dos sujeitos frente ao valor avaliado.

EXEMPLO 2: Item 12 do questionário 7, respondido pelos professores

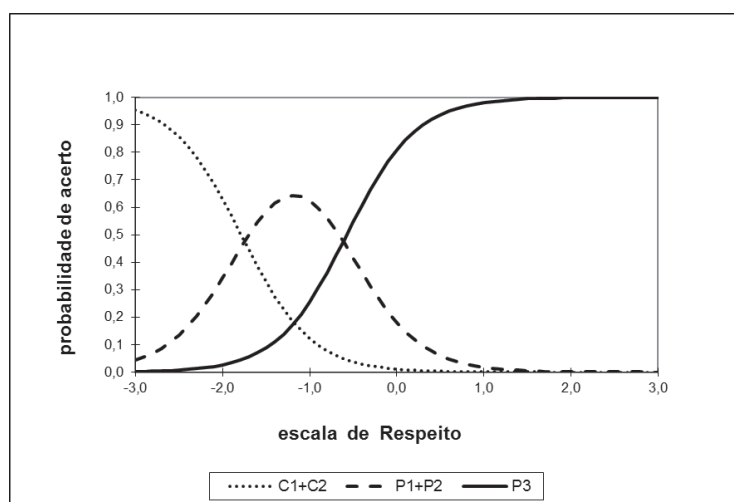
Valor trabalhado: respeito

Com a política de educação especial, a escola do diretor Vitor passou a receber alunos cadeirantes; mas a escola não oferece condições de acesso às salas de aula e banheiro. O diretor pede aos pais que não matriculem seus filhos na sua escola, pois as reformas lhe custariam muito. Você considera que essa atitude:

- (A) é errada, pois dificulta a obtenção de mais verbas para a escola, justamente por não ter essas crianças matriculadas. (P1)
 - (B) é certa, porque esses alunos só trariam problemas para a escola. (C1)
 - (C) contraria as regras atuais da sociedade que determinam que as escolas aceitem todas as crianças. (P2)
 - (D) contraria o direito básico à educação que todas as crianças têm para garantirem o seu desenvolvimento. (P3)
 - (E) é certa, porque o regimento da escola não obriga a aceitar esses alunos de imediato. (C2)
-

Esse item foi respondido por 193 professores e a proporção de respostas observada em cada alternativa foi: A (P1) = 2%, B (C1) = 8%, C (P2) = 22%, D (P3) = 64% e E (C2) = 4%. Assim, optou-se por considerar as alternativas A e C conjuntamente e também por juntar as alternativas B e E. Desse modo, o item foi estimado como sendo um item com três categorias de resposta, sendo a categoria 1 (mais baixa) representada pelas respostas dadas às alternativas correspondentes a C1+C2; a segunda categoria representada pela junção das respostas dadas às alternativas correspondentes a P1+P2, com a última categoria sendo aquela representada por P3. A CCI estimada para o item é mostrada a seguir.

FIGURA 2: Curva característica do item 12 do questionário 7



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse item também pode ser considerado, de maneira geral, bom, embora tenha sido necessário reorganizá-lo em um item com três alternativas de resposta. Cada uma das três categorias finais apresenta intervalos bem definidos no traço latente para os quais há uma maior probabilidade de que a respectiva alternativa de resposta seja escolhida. No entanto, assim como muitos dos itens aplicados, exigiu um grau de adesão ao valor abaixo da média do grupo de respondentes para que a probabilidade de escolha da alternativa correspondente ao nível P3 fosse predominante. E, novamente,

foi importante levar em conta a informação de que as alternativas correspondentes aos contravalores deveriam ser reformuladas, bem como aquelas correspondentes aos níveis P1 e P2, para que se pudesse manter a proposta inicial de se utilizar itens com cinco alternativas de resposta, visando melhorar a medida do traço latente.

EXEMPLO 3: Item 3 do questionário 1, respondido pelas crianças

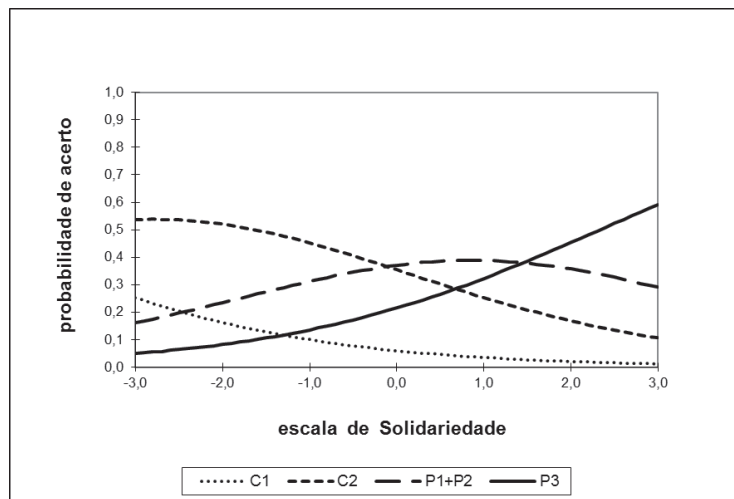
Valor trabalhado: solidariedade

Um dia, Renato ganhou um brinquedo que queria muito. Foi brincar na rua de sua casa e encontrou Michel, um menino novo no bairro. Michel viu seu brinquedo e pediu para brincar com ele. Renato não emprestou. Você acha que Renato agiu:

- (A) bem, porque ele mal conhece o garoto. (C2)
 - (B) mal, porque Michel poderia bater nele. (P1)
 - (C) mal, porque Michel parecia querer muito brincar um pouco com seu brinquedo novo. (P3)
 - (D) bem, porque o menino poderia quebrar o seu brinquedo. (C1)
 - (E) mal, porque seus pais dizem que se deve dividir com os outros nossos brinquedos. (P2)
-

Assim como o item do exemplo 1, esse item é do questionário 1 e também trabalha o valor solidariedade. Respondido por 111 crianças, a proporção de respostas observada em cada alternativa foi: A (C2) = 35%, B (P1) = 1%, C (P3) = 23%, D (C1) = 6% e E (P2) = 35%. Logo, optou-se por considerar as alternativas B e E conjuntamente e o item foi então estimado como tendo quatro categorias de resposta, sendo a categoria 1 (mais baixa) representada pelas respostas dadas à alternativa correspondente a C1; a categoria 2 representada pelas respostas dadas à alternativa correspondente a C2; a categoria 3 representada pela junção das respostas dadas em P1+P2 e, finalmente, a última categoria referente às respostas dadas em P3. A CCI estimada para o item é mostrada a seguir.

FIGURA 3: Curva característica do item 3 do questionário 1



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse é um exemplo típico de um item para o qual não conseguimos perceber claramente os limites para os quais a probabilidade de cada uma das categorias de resposta ser escolhida é predominante. Ao contrário, o que se observa é quase uma tendência ao paralelismo entre as curvas, o que indicaria que essas probabilidades variam pouco ao longo do eixo do traço latente. Assim, esse foi um caso para o qual a análise dos resultados obtidos no pré-teste apontou a necessidade de uma reformulação mais completa do item.

Esse procedimento de análise foi executado item a item para os 125 elaborados e juntamente com as informações fornecidas pelas respostas espontâneas obtidas pela aplicação dos questionários de respostas abertas. Todos os 125 itens foram revistos ou até refeitos em sua totalidade, na maioria das vezes foram modificadas uma ou duas alternativas que segundo a curva CCI apresentavam pouca discriminação, neste processo apenas um item foi descartado.

PASSOS SEGUINTES

Este procedimento nos revelou que o maior desafio é elaborar questões com alternativas que permitam diferenciar os respondentes em relação ao seu traço latente, ou seja, ao seu

nível de adesão ao valor investigado, podendo obter itens com bom poder de discriminação. Porém o modelo se mostrou adequado a ajustes de análise na medida em que há a possibilidade de se rever as alternativas e aproveitar as questões menos discriminativas.

Após a reformulação dos itens com base nos dados apresentados no pré-teste, a construção da escala prevê uma nova aplicação. Foram montados quatro cadernos para crianças, quatro para jovens e dois para professores. A montagem dos cadernos obedeceu a um procedimento diferente do anterior, cada um foi construído com itens de apenas dois valores. Entre os itens de cada valor foram selecionados os que deverão fazer parte dos cadernos das crianças, jovens e professores, chamados de ligação, e correspondem aos itens que serão utilizados na criação de uma escala.

A aplicação dos cadernos, que está ocorrendo nesse momento, é feita para 5.400 crianças, 5.400 jovens, em um total de 10.800 alunos e 2.000 professores.

O trabalho de criar um instrumento que possa avaliar o traço latente sobre a apropriação dos valores de justiça, solidariedade, respeito e convivência democrática por parte de crianças, jovens e professores pressupõe a elaboração de uma escala que possa tornar comparáveis os dados obtidos pelos três tipos de indivíduos e possa classificar outros grupos de respondentes ao instrumento em futuras aplicações, denominado procedimento de equalização.

A partir da parametrização dos itens que darão origem à escala, estes deverão ser interpretados à luz da teoria de valores adotada pela pesquisa. A escala deverá ser descrita pelos especialistas em valores para que possamos descrever o nível de adesão de valores de um aluno que se posiciona em um determinado intervalo da escala. Ou seja, procuraremos identificar os níveis pré-convencional ou pré-moral, convencional ou da conformidade social, e pós-convencional, como descrevemos anteriormente. A descrição da escala busca tentar esclarecer a tendência de comportamento que se espera dos respondentes, com base em sua classificação em um determinado comportamento.

Este não é um trabalho que pretende apenas ser mais um instrumento a medir adesão a valores; ele trás certa ori-

ginalidade ao aplicar a TRI, que oferece muitas vantagens sobre a teoria clássica de medidas e permite utilização e renovação constante dos itens sem que possa cair no desgaste do instrumento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas transversais: Ética*. Brasília: MEC/SEE, 1997.
- KOHLBERG, Lawrence. *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1992.
- LA TAILLE, Yves. *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- PIAGET, Jean. El psicoanálisis y sus relaciones con la psicología del niño. In: DELAHANTY, G. *O Julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977. (Publicação original de 1932).

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Dalton Francisco; ARAÚJO, Eulalia Aparecida Candido de; BORTOLOTTI, Silvana Ligia Vincenzi. Teoria de resposta ao item. In: *Revista Escola de Enfermagem USP*, São Paulo, v. 43, n. especial, p. 1000-8, 2009. Disponível em: www.ee.usp.br/reeusp. Acesso em: set. 2013.
- ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. A construção social e psicológica dos valores. In: ARAÚJO, Ulisses Ferreira; PUIG, Josef Maria; ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007. (Coleção Pontos e Contrapontos).
- BIAGGIO, Angela Maria Brasil. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002.
- DEPRESBITERIS, Lea; TAVARES, Marialva. *Diversificar é preciso*. Instrumentos e Técnicas de avaliação de aprendizagem. São Paulo: Senac, 2009.
- DOISE, William. *Direitos humanos e força das ideias*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- GOERGEN, Pedro. Educação moral: adestramento ou reflexão comunicativa? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 66, p. 147-74, 2001.
- _____. *Formação ética. Do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LA TAILLE, Yves; MENIN, Maria Suzana de Stefano (Org.). *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LIND, Georg. O significado e medida da competência moral revisitada: um modelo de duplo aspecto da competência moral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 399-416, 2000.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Representações sociais de injustiça em adolescentes de escolas públicas e particulares. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 14/15, p. 239-64, jan./dez. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#01>. Acesso em: set. 2013.

TAVARES, Marialva Rossi. *Os desafios de uma proposta de avaliação em valores para o "Programa a união faz a vida": um estudo piloto*. 2010: relatório de pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2010. 17 p.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; VINHA, Telma Pileggi. *Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

VAZQUEZ, Adolpho Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

VINHA, Telma Pileggi. *Os conflitos interpessoais na relação educativa*. 2003. 426 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

.....

MARIALVA ROSSI TAVARES

Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas

mtavares@fcc.org.br

Recebido em: OUTUBRO 2013

Aprovado para publicação em: NOVEMBRO 2013

ANEXO 1

MATRIZ DE REFERÊNCIA - DESCRITORES

JUSTIÇA		
VALOR	DESCRITOR	CONTRAVALOR
<p>A justiça é composta dos princípios de igualdade e equidade, e articula-se com outros valores morais, como a dignidade, o respeito e o diálogo.</p> <p>O princípio da igualdade é fundamental na justiça distributiva, para estabelecer critérios de atribuição de direitos e de deveres entre todas as pessoas. O mesmo ocorre na justiça retributiva, em relação à atribuição de penalidades aos atos injustos, desrespeitosos e relativos às infrações.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Afirmar e valorizar os princípios de justiça, tanto de igualdade como de equidade, para refletir, compreender, construir e aplicar regras, normas ou leis. 2. Identificar e repudiar situações (na família, na escola, nas mídias, na sociedade em geral e no meio ambiente) em que ocorram desigualdades, discriminações, preconceitos, incluídas ou não em situações de diversidade social. 3. Identificar e repudiar situações em que haja favorecimento de uns em prejuízo de outros, resultantes de desrespeito a direitos ou de tratamento desigual. 4. Priorizar sanções por reciprocidade que busquem restaurar as relações sociais e não sanções expiatórias que só almejam o castigo, na aplicação de penalidades a ações desrespeitosas, ou mesmo infrações às regras, normas e leis consideradas justas. 5. Compreender e responsabilizar-se por decisões resultantes de contratos firmados democraticamente pelas partes. 	<p>Desigualdade Discriminação Individualismo Autoritarismo Deslealdade</p>

SOLIDARIEDADE		
VALOR	DESCRITOR	CONTRAVALOR
<p>Ser solidário é, efetivamente, além do respeito, partilhar de um sentimento de interdependência, reconhecer a pertinência a uma comunidade de interesses e de afetos - tomar para si questões comuns, responsabilizar-se pessoal e coletivamente por elas (BRASIL, 1997, p. 104).</p> <p>A solidariedade inclui a cooperação: há uma dimensão da solidariedade que se aproxima mais da generosidade e outra que se aproxima da cidadania em busca do bem comum.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar que a busca pela realização do ideal de solidariedade é de todos. 2. Cooperar, de forma generosa, com outros, próximos ou não, buscando o bem deles, independentemente do benefício próprio. 3. Compartilhar sentimentos e conhecimentos com outros, visando ao benefício de todos e de si mesmo. 4. Reconhecer situações em que outros, próximos ou não, estejam em dificuldades, repudiando reações de omissão e/ou indiferença. 5. Repudiar situações de egoísmo e/ou individualismo, nas quais o benefício de uns é obtido em função do prejuízo dos demais. 	<p>Individualismo Competição/ corporativismo Omissão/indiferença Ceticismo ou descrédito em relação à busca do bem comum Submissão à autoridade ou autoritarismo</p>

RESPEITO		
VALOR	DESCRITOR	CONTRAVALOR
<p>O respeito significa a valorização de toda e qualquer pessoa considerada em sua singularidade.</p> <p>Destacamos uma forma de respeito, o mútuo, que se define pela reciprocidade das relações: ao dever de respeitar o outro articula-se o direito, a exigência de ser respeitado (BRASIL, 1997, p. 96).</p> <p>Toda e qualquer ação que fira a dignidade de uma pessoa, como a violência, a humilhação, a exploração, a manipulação e várias formas de discriminação devem ser repudiadas como desrespeito.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assumir o respeito à dignidade de todo ser humano, independentemente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião e cultura. 2. Reconhecer a diferença entre as pessoas como inerente à condição humana. 3. Respeitar regras morais, sociais, convencionais, que visem ao bem comum, assim como a expressão das manifestações culturais, étnicas e religiosas que não ameacem a dignidade humana. 4. Respeitar a privacidade como direito de cada pessoa. 5. Respeitar o bem público, o bem privado e o meio ambiente, não provocando danos e repudiando situações que os ameacem. 	<p>Desrespeito Humilhação Preconceito/exclusão/ discriminação Indiferença/descaso Depredação</p>

CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA		
VALOR	DESCRIPTOR	CONTRAVALOR
<p>A convivência democrática pressupõe a participação ativa das pessoas, por meio da troca dialógica, nas escolhas e decisões que têm implicações na vida social e coletiva, assim como na discussão e elaboração de regras, normas e leis que as regulem. Uma pessoa democrática é a que aceita e incentiva a participação dos envolvidos nas decisões, repudiando soluções tomadas de forma autoritária.</p> <p>Em situações de conflito, discórdia ou de tomadas de decisão coletivas em que há diversas posições, favorece soluções baseadas em diálogo, participação cooperativa e democrática, repudiando soluções tomadas de forma autoritária, submissa ou individualista.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em situações de conflito, buscar soluções por meio do diálogo, buscando a participação dos envolvidos. 2. Em situações-problema ou de conflito que envolvam um coletivo, identificar e repudiar a busca de soluções baseadas em atitudes de violência em suas diversas manifestações: física, moral (desrespeito e/ou humilhação), abuso de poder, uso do prestígio ou de <i>status</i> social, ou ainda de condição econômica. 3. Em situações de tomada de decisão relativas à atribuição de direitos e deveres, priorizar formas democráticas e participativas para a construção autônoma, repudiando imposições individualistas, arbitrarias ou baseadas no uso do autoritarismo. 4. Coordenar as próprias ações com as dos outros, por meio do trabalho em grupo, visando ao alcance de benefícios comuns e coletivos. 5. Compreender o seu papel de agente ativo na preservação do lugar público e o meio ambiente como patrimônio de todos, cujo zelo é dever de todos. 	<p>Violência Individualismo Indiferença/omissão Autoritarismo Submissão à autoridade Arbitrariedade</p>